

História da ditadura não chegou à escola

■ Currículo não valoriza tema mesmo em colégio 'progressista'

LUCIANA CONTI

A história recente da ditadura militar brasileira é praticamente uma desconhecida para a maioria dos adolescentes. Como normalmente os colégios se premeem ao currículo de História, que obedece a cronologia dos fatos, os estudantes só são apresentados ao período dos governos militares (1964-85) no final da 3ª série do 2º grau, com 17 anos. Desta forma, eles levam para seu primeiro voto apenas informações dispersas e muitas vezes preconceituosas de fatos recentes, que ainda ecoam no cenário político do país.

Dessa regra não foge nem mesmo o Centro Educacional Anísio Teixeira (Ceat) — abrigado em um castelo que foi a sede da embaixada do Vaticano no Brasil, em Santa Teresa — identificado como um reduto da classe média politicamente engajada. Antes da 3ª série, a única fonte de informação dos alunos são as conversas com os professores e os pequenos comentários paralelos ao currículo, como nas aulas de literatura.

Exceções — As exceções fi-

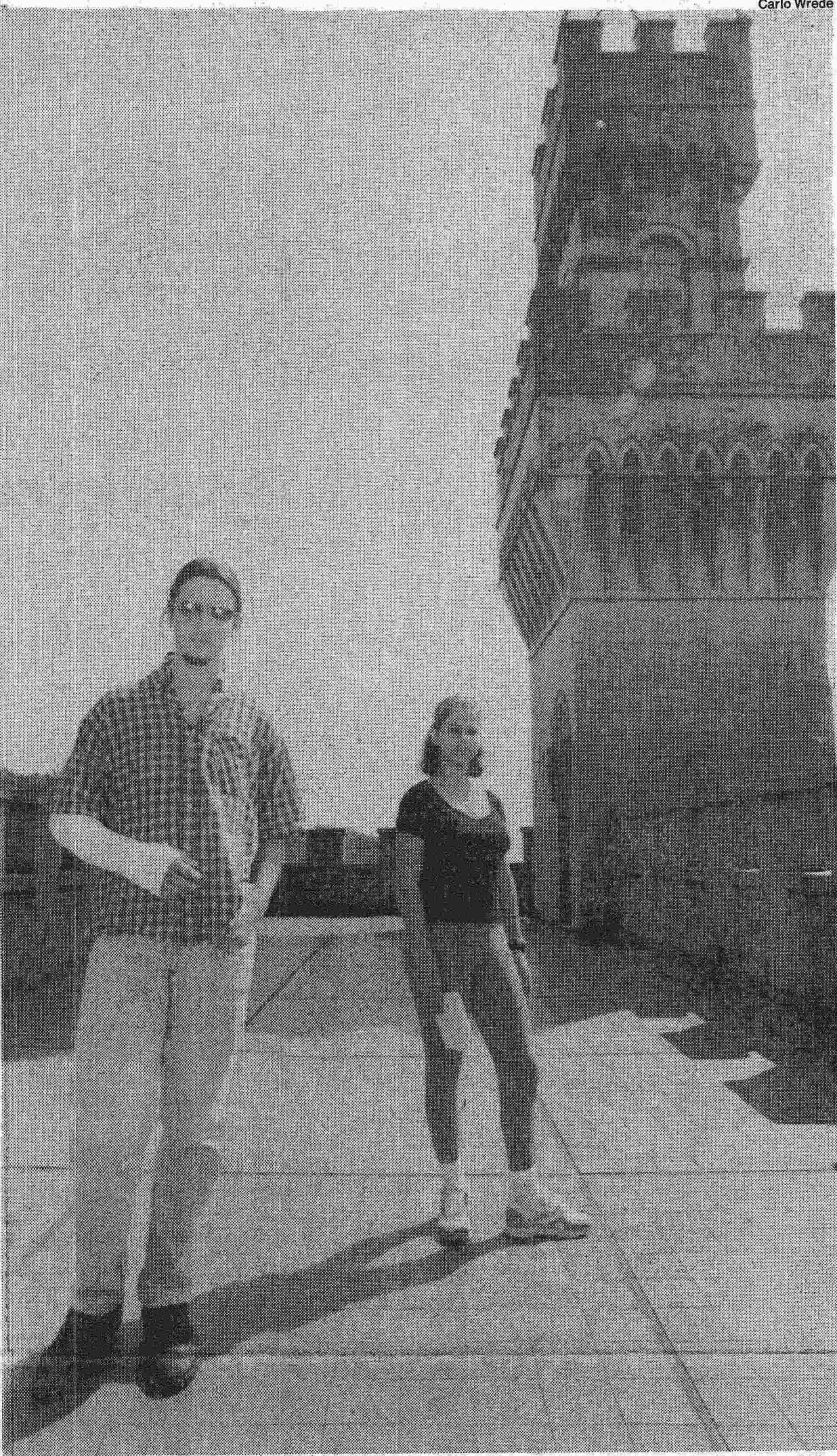
cam por conta da bagagem que os alunos trazem de casa. A adolescente Júlia Murat, de 15 anos, cursando o 1º ano do 2º grau no Ceat, surpreende pela precisão com que explica conceitos como luta armada e desaparecidos políticos. Da escola trouxe poucas informações obtidas na 6ª série do 1º grau, na Escola Dinâmica de Ensino Moderno (Edem), outro templo da classe média engajada.

Com a mãe, a cineasta Maria Lúcia Murat — diretora do documentário *Que bom te ver viva*, que conta a história de mulheres torturadas pela ditadura militar —, Júlia aprendeu mais sobre aqueles tempos. "Eu nasci escutando esta história. Meus pais foram militantes. Na escola aprendi muito pouco", conta. Sem trazer informações de casa, Ícaro dos Santos, de 17 anos, na 2ª série do 2º grau, se baseia em generalizações ao comentar estes fatos. Para ele a luta armada foi uma disputa entre a "esquerda contra a direita" e foi "um período muito duro, quando todo mundo foi cassado".

Mesmo quem estuda mais cedo a ditadura militar, como os alunos

da Edem, não fala daquela época tão próxima com maior intimidade. Felipe Messina, 18 anos, cursando a 3ª série do 2º grau, teve o primeiro contato com essa história em 1986, quando sua professora na Escola Parque, na Gávea, lhe disse pela primeira vez que o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) e na época candidato ao governo do Rio pelo PT-PV não era um "terrorista, maconheiro".

Confusão — Nove anos depois, Felipe conta um pouco da história, dizendo que a resistência pacífica era feita por "gente que achava bastar não entrar no sistema", mas se confunde com fatos históricos. Para ele, o presidente que assinou o Ato Institucional número 5, em 1968, foi o general Emílio Garrastazu Médici. Mas, na verdade, quem assinou o AI-5 foi o general Artur da Costa e Silva, que foi sucedido em 1969 por Médici (1969-74). Para Daniel Barbosa, de 20 anos, também na 3ª série, o deputado federal Roberto Campos (PPR-RJ), ministro do Planejamento do presidente Castelo Branco (1964-67), foi um "militar da situação".



Mesmo mais adiantado no Ceat, Ícaro não tem as informações que Júlia leva de casa sobre o regime militar